
AS ORIGENS DA CIDADE MODERNA A REPÚBLICA VELHA NO VALE DOS SINOS

THE ORIGINS OF THE MODERN CITY THE OLD REPUBLIC IN THE VALE DOS SINOS/RS/BRAZIL

Alex Juarez Müller
Mestrando em História/UPF
E-mail: muller.historia@gmail.com

RESUMO: objetivo desse artigo é identificar como ocorreu o processo de modernização das cidades de São Leopoldo e Taquara, na República Velha, para compreender os motivos da implantação da nova cidade sobre a antiga urbe colonial-imperial. Taquara e São Leopoldo estão localizadas no Rio Grande do Sul na região denominada de Vale do Rio dos Sinos, uma área de colonização portuguesa e alemã que exerceu na República Velha um importante papel na economia, política e cultura do Estado, já que era vital no abastecimento de alimentos da capital Porto Alegre e uma importante aliança dos republicanos. A modernização das áreas urbanas de São Leopoldo e Taquara na República tinham o objetivo de disciplinar os lugares por meio da interferência dos usos e costumes tradicionais da população. A modernização foi realizada sob a perspectiva da elite comercial que almejava o espaço urbano delimitado e distante da maioria populacional que vivia na zona rural. Essa análise é realizada por meio de fontes tais como: os códigos de posturas e bibliografias locais de diletantes disponíveis em acervos de instituições da região do Vale dos Sinos. Os resultados preliminares apontam que as cidades republicanas de São Leopoldo e Taquara reconfiguraram as representações urbanas através da segregação dos espaços urbano e rural, sob os interesses dos poderes locais.

PALAVRAS-CHAVE: República Velha. Vale dos Sinos. Cidade. Representação. Imaginário

ABSTRACT: The objective of this article is to identify how the process of modernization occurred in the cities of São Leopoldo and Taquara in the Old Republic, to understand the reasons for the implantation of the new town about the ancient urbe Colonial-Imperial. Taquara and São Leopoldo is located in Rio Grande do Sul in the region known as Vale do Rio dos Sinos, an area of Portuguese and German colonization in the Old Republic who exercised important role in the economy, politics and culture of the state since it was vital in the food supply of the capital Porto Alegre and an important alliance of Republicans. The urban modernization of São Leopoldo and Taquara in the Republic were intended to discipline the places through the interference of traditional practices and customs of the population. The modernization was carried out from the perspective of the elite who craved delimited the urban space and distant from the majority population that lived in rural areas. This analysis is carried out through sources such as the postures codes and local bibliographies available in collections of institutions Vale dos Sinos. Preliminary results indicate that the republican cities of São Leopoldo and Taquara reconfigured urban representations through segregation of urban and rural spaces, in the interests of local authorities.

KEYWORDS: Old Republic. Vale dos Sinos. City. Representation. Imaginary.

Considerações iniciais

O objetivo desse artigo é identificar como ocorreu o processo de modernização das cidades de São Leopoldo e Taquara, na República Velha, para compreender os motivos da implantação da nova cidade sobre a antiga urbe colonial-imperial. Taquara e São Leopoldo estão localizadas no Rio Grande do Sul na região denominada de Vale do Rio dos Sinos, uma área de colonização portuguesa e alemã que exerceu na República Velha um importante papel na economia, política e cultura do Estado, já que era vital no abastecimento de alimentos da capital Porto Alegre e uma importante aliança dos republicanos.

Essa pesquisa é parte integrante da dissertação de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade de Passo Fundo (UPF) com previsão de defesa para 2015. Entretanto, a aspiração de compreender a dinâmica histórica do espaço regional do Vale dos Sinos na Primeira República iniciou-se alguns anos antes através de estágios realizados nas instituições museológicas da região e pesquisas em arquivos públicos, concretizando-se no ano de 2010 no trabalho de conclusão de curso de história sobre o processo de modernização da cidade de Taquara, na Primeira República, através da análise das fotografias urbanas, com o título de “*Paisagens urbanas e suas representações fotográficas: Cidade de Taquara (1882-1930)*”.

O Vale dos Sinos está localizado no nordeste da encosta inferior do planalto do Rio Grande do Sul, onde estão as cidades de São Leopoldo e Taquara que margeiam o Rio dos Sinos, curso d’água que dá nome a região. Na atualidade a região que Taquara situa-se denomina-se de Vale do Paranhana, porém esse espaço era conhecido como Vale dos Sinos pois o rio era o meio de comunicação entre as localidades, portanto nessa pesquisa vamos nomear a região que compreende as duas cidades de Vale dos Sinos, nome que era conhecido durante a Primeira República.

A Primeira República foi um período da história brasileira que iniciou-se oficialmente em 1889 e findou no ano de 1930 com a Revolução de 30, porém suas raízes históricas estão dentro do Império. A República teve consequências distintas dentro do Brasil, entretanto, de forma geral o período republicano demonstrou-se numa verdadeira fábrica de representações, já que conforme Lilia Schwarcz (2012) o desejo da elite era modernizar a cidade, uma

modernização mesclada com o que havia de mais avançado tecnicamente no mundo com o que havia de mais tradicional no Brasil do século XIX, dando continuidade a velhos métodos dos tempos da escravidão, ao custo de excluir os indesejados do centro da urbe, para poder urbanizar, progredir e industrializar tornando a paisagem urbana resumida em um cartão-postal.

Sobre a modernização das cidades na Primeira República foram produzidos diversos trabalhos, principalmente pesquisas sobre as principais capitais brasileiras do período. Essas pesquisas mostram com grande importância como a República tinha um projeto de modernização que segregava o habitante da grande cidade, entretanto, essas análises pecam por não abranger os centros menores do país, já que as regiões no entorno das grandes capitais e cidades centrais do interior do Brasil serviam as urbes maiores através da sua produção agropecuária, além disso possuíam uma dinâmica distinta dos centros maiores. Além disso muitas dessas cidades menores adotaram como inspiração o modelo de desenvolvimento urbano adotado pelas capitais brasileiras.

A modernização das áreas urbanas de São Leopoldo e Taquara na República tinham o objetivo de disciplinar os lugares por meio da interferência dos usos e costumes tradicionais da população. A modernização foi realizada sob a perspectiva da elite comercial que almejava o espaço urbano delimitado e distante da maioria populacional que vivia na zona rural.

O código de posturas foi uma ferramenta utilizada pela elite que vivia na cidade para distinguir-se da zona rural, ele habilmente utilizado pelos republicanos para controle da população no processo de modernização das urbes e na expulsão dos pobres das áreas centrais, conforme discute Lilia Moritz Schwarz (2012B).

O código de posturas era uma forma que a elite buscava representar-seno espaço por meio de seus valores. Esses valores podem ser caracterizados como lugares de memória, que Pierre Nora (1993) discute que “nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea [...]. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enunciadamente guardados” (NORA, 1993, p.13).

As posturas representam a reconfiguração de um espaço por meio dois interesses da minoria comercial que impôs a segregação do rural sobre um lugar já constituído com suas práticas cotidianas. Ocorreu o enquadramento da memória, que Michael Pollack (1989)

discute que é uma maneira de manter as fronteiras sociais e ao mesmo tempo reinterpretá-las. No caso em questão, as posturas objetivam reconfigurar o antigo espaço imperial para dar lugar as práticas republicanas.

A modernização de São Leopoldo e Taquara almejava um desenvolvimento urbano pautado por influências das grandes cidades e pelos interesses da elite que morava na área urbana. Essa modernização objetivava a separação de espaços que antes conviviam, nisso caracteriza-se a segregação do rural em relação ao urbano. A seguir será abordado as origens da formação histórica do Vale dos Sinos, posteriormente os primeiros indícios de cidade na região e após como ocorreu o desenvolvimento urbano na Primeira República.

O Vale dos Sinos

O Vale do Sinos surgiu por meio do projeto do governo imperial que conforme Paulo Zarth (2002) a ideia era de impulsionar a colonização das áreas devolutas, caracterizadas, inicialmente, por grandes espaços de vales de rios cobertos, em sua maioria, por vegetação densa, áreas não ocupadas pela produção pecuária.

No século XIX, mais precisamente 1824, o Império do Brasil atraiu imigrantes alemães para habitarem o espaço da fazenda pública denomina de Real Feitoria do Linho Cânhamo, que depois recebeu o nome de São Leopoldo. Marcos Tramontini (2000) lembra que os imigrantes alemães foram introduzidos na região com os objetivos de produzir alimentos, substituir gradativamente a mão-de-obra escrava brasileira, branquear a população, civilizar o Brasil e, acima de tudo, ocupar os espaços de fronteira aberta.

No ano de 1846 a antiga feitoria emancipou-se originando São Leopoldo. Esse município servia como área escoadora da produção agropecuária, cuja era enviada pelos portos existentes ao longo do Rio dos Sinos para Porto Alegre. A densidade demográfica elevada de São Leopoldo originou, em 1846, o projeto particular de colonização da Fazenda Mundo, de iniciativa de Tristão Jozé Monteiro. Em 1886, a Fazenda Mundo Novo emancipou-se do município de Santa Cristina do Pinhal, com o nome de Taquara do Mundo Novo, posteriormente somente Taquara. (ZARTH, 2002).

O município de Santa Cristina do Pinhal é um caso à parte, já que sua ocupação caracteriza-se por lusos e afrodescendentes, anterior a imigração alemã, com economia voltada para a extração de madeira, produção de cachaça e farinha. Sua emancipação ocorreu em 1880 do município de Santo Antônio da Patrulha e sua extinção em 1892 tornando-se distrito de Taquara. Conforme Paulo Sobrinho (2008), sua extinção deveu-se a disputas no campo político entre os republicanos e imperialistas.

O Vale dos Sinos é um espaço regional, que conforme María Carbonari (2009) deve ser compreendido na sua totalidade, na interação homem e ambiente, no espaço que não é fixo e nas práticas sociais que estão em contínua interação. Carbonari (2009) também lembra que a região é percebida nas suas heterogeneidades em relação aos demais espaços regionais.

José D'Assunção Barros (2005) discute que a diversidade de ocupantes de uma região pode definir a homogeneidade de relações e critérios de diversos elementos, os quais não são estáticos, por isso um espaço não pode ser definido como fenômeno padrão para todos os lugares. Assim, o Vale dos Sinos é importante pela sua heterogeneidade em relação as demais regiões do período republicano, porém também ele se mostra homogêneo enquanto espaço, o que o define como uma região, pois São Leopoldo, Novo Hamburgo e Taquara apresentam fenômenos regulares que apontam para uma integração regional, como por exemplo, a semelhança na ocupação da terra por meio do imigrante alemão e seus descendentes, a agropecuária como principal atividade econômica até a Primeira República, a ocupação do solo por meio de fazendas antes da imigração, a presença da mão-de-obra escrava, a comunicação por meio do Rio dos Sinos e a ferrovia como maior fator de integração entre os centros urbanos.

As características de integração mostram que existe um movimento interno de relações, porém Barros (2005) lembra que a espacialidade se insere em conjuntos que extrapolam suas fronteiras ocasionando inter-relação com outras regionalidades, além de que a região pode ser definida fazendo uso dos recursos geográficos, visto que um espaço pode ser delimitado através de sua paisagem natural ou cultural, como por exemplo o rio ou a ferrovia.

O rio foi o primeiro fator de integração do Vale dos Sinos. São Leopoldo e Taquara surgiram conectadas aos seus portos, entretanto, a partir do final do século XIX o trem passou a ser o principal elo entre esses centros urbanos. A ferrovia foi inaugurada até São Leopoldo

em 1874 e depois foi prolongada até Novo Hamburgo em 1876, ainda no Império, mais tarde inaugurada até Hamburgo Velho e Taquara no ano de 1903. A ferrovia marca a integração desses lugares além de transformar cada estação em ícones da modernidade, além de caracterizar a importância dada na República a esses espaços, pois eles eram as áreas que concentravam as atividades econômicas, políticas e culturais do Vale dos Sinos na época.

A região do Vale dos Sinos não era um espaço urbanizado quando se proclamou a República. As cidades do Vale dos Sinos no final do século XIX eram espaços rurais, denominado na época de zona colonial¹, com relações econômicas de dependência com Porto Alegre, uma vez que sua produção agropecuária era destinada a capital. A vocação regional de produtora de bens de primeira necessidade ocorreu por incentivos do Império que, conforme José Pádua (2004), buscava tornar as regiões próximas das capitais fornecedoras de bens de subsistência, além de modernizar os meios produtivos agrícolas e ocupar esses espaços por meio da colonização europeia.

As áreas centrais do Vale dos Sinos consideradas cidades no início da República eram precárias e estavam mais próximas da ruralidade do que da modernidade, pois Pádua (2004) lembra que no século XIX o ideal de progresso estava em modernizar a lavoura e não a cidade, porém na Primeira República a urbe tornou-se o foco da modernização. Paulo Marins (2001) diz que o Brasil precisava modernizar-se aos olhos dos estrangeiros, pois as capitais brasileiras estavam distantes do padrão de civilização europeu. Entretanto, enquanto nas capitais empregou-se a expulsão em massa dos pobres do centro da cidade com o intuito do desenvolvimento urbano, no Vale do Sinos vai empreender-se a modernização das áreas urbanas com o objetivo de disciplinar o trabalhador rural e os espaços urbanos através da interferência dos usos e costumes tradicionais da população.

O princípio da vida em cidades no Vale dos Sinos

As origens das cidades do Vale dos Sinos na Primeira República remetem-se ao Brasil Colônia e a emancipação política no Brasil Império, portanto é necessário compreender a cidade conforme discute José Barros (2007): como um produto da história, uma vez que “o

¹ A zona colonial era o nome dos espaços de colonização europeia, iniciado no ano de 1824 com a chegada em São Leopoldo dos primeiros imigrantes alemães.

estudioso do fenômeno urbano não deve se furtar à necessidade de analisar a cidade em períodos específicos, sem contar com as diferenças sincrônicas dentro de um mesmo período” (BARROS, 2007, p.52).

As aglomerações populacionais do Vale dos Sinos, remetem-se ao século XVIII, no entanto, a cidade moderna republicana formulou a concepção de nova cidade ou cidade moderna. As formas tradicionais de urbes do Vale dos Sinos foram absorvidas pela modernização republicana, o que evidencia que a cidade é uma forma social anterior a modernidade, mas a urbe moderna incorporou ao seu traçado os locais tradicionais parecendo que esses são apenas uma mera expansão, conforme discute Anthony Giddens (1991).

A ocupação do Vale dos Sinos tem também origem nas disputas de fronteiras no Brasil Colônia. O arquiteto e historiador Günter Weimer (2004) aponta que as povoações do entorno de Porto Alegre e dos afluentes navegáveis do Guaíba tiveram sua ocupação acentuada depois dos conflitos entre lusos e espanhóis nas fronteiras sulinas, além disso ele aponta que os habitantes de Laguna foram incentivados a avançar a Linha do Tratado de Tordesilhas para ocuparem as áreas mais ao sul, assim passaram a ser ocupadas áreas diversas, como por exemplo as proximidades do Vale do Rio dos Sinos como os campos de Tramandaí e Santo Antônio da Patrulha.

Weimer (2004) aponta para a aldeia-rua, espécie de aglomeração populacional que erigia-se espontaneamente no entorno de um caminho ou para aldeia-ponto que caracterizava-se por um emaranhado de caminhos que juntavam-se num determinado lugar e ali erigindo-se uma série de edificações que ofereciam diversos serviços.

A cidade de São Leopoldo demonstra no seu traçado primitivo a concepção de aldeia-rua, já que a Rua Independência (antigo Caminho do Passo) servia como uma estrada que levava em direção ao rio, além de chegar no que hoje compreende a Rodoviária e a Praça do Imigrante. É também importante lembrar que foi José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo) que teria escolhido esse lugar para ser o centro da colônia após a chegada dos imigrantes. Germano Moehlecke reescreveu em seu livro trechos de uma carta de José Feliciano onde ele menciona que teria escolhido a área denominada de Euzébio (Sítio do Euzébio), próximo ao centro de Novo Hamburgo, como centro da colônia, pois ali era um espaço alto e protegido de enchentes e ao mesmo tempo próximo do rio, dos campos para

criação de animais, de boa lenha para combustível e também para construção, porém ele menciona que os interesses de alguns fizeram com que a sede da colônia se constituiu-se no lugar onde hoje é o centro de São Leopoldo. (MOEHLCKE, 1978).

O núcleo central de Taquara transita entre a aldeia-rua e a aldeia-ponto, já que a sua origem ocorreu a partir do entroncamento de uma série de caminhos que encontram-se na Rua Júlio de Castilhos (Antiga Estrada para Cima da Serra ou para o Passo do Mundo Novo) num único lugar, originando ali um número expressivo de comerciantes que viviam do comércio de viajantes. A localização do Mundo Novo era privilegiada porque estava protegida das enchentes do Rio dos Sinos e do Rio Santa Maria (hoje Rio Paranhana) (atual Paranhana) e próximo ao Passo do Mundo Novo que dava ao atravessá-lo era possível pegar o caminho em direção a sede do município de Santa Cristina do Pinhal e a Freguesia da Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos (atual Gravataí) ou ir em direção ao município de Santo Antônio da Patrulha. Também era possível tomar estradas que seguiam na direção de Hamburger-Berg (hoje Hamburgo Velho) e São Leopoldo.

Raquel Rolnik (1995) discute que as aglomerações urbanas funcionam semelhante as primeiras formas urbanas da antiguidade, atraindo os indivíduos por algum determinado fator. Provavelmente o fator atrativo nos entroncamentos populacionais do Vale dos Sinos eram as ofertas de serviços, como por exemplo, os comerciantes que abasteciam os viajantes por meio da produção de cachaça, rapadura, farinha, charque, sem contar a ferraria e os locais de pouso.

Esses entrepostos assemelham-se a funcionalidade das cidades medievais, aonde “o desenho das ruas e praças de um burgo – não estabelecia um traçado preestabelecido. Não havia uma prévia demarcação de lotes ou desenho de uma rua” (ROLNIK, 1995, p.32). Assim, essas aglomerações tiveram seu crescimento espontâneo sem qualquer forma de regramento de lei que impusesse alguma forma ordeira de evolução. Os primeiros traçados seguiram a espontaneidade de acordo com a topografia e por muito tempo estiveram distantes das normas administrativas urbanas, caracterizando-se pela sobreposição de casas e pela organização conforme o relevo.

O desenvolvimento desses agrupamentos populacionais era bem funcional, pois estabeleciam-se no entroncamento de estradas, nas proximidades de cursos d’água ou em lugares propícios para o descanso dos viajantes, o que evidencia uma rede de caminhos que

conectavam diversas povoações, evidenciando que a cidade, além de ser compreendida como um sistema em si mesmo, também deve ser compreendida na sua totalidade (BARROS, 2007).

Com as interferências dos primeiros regramentos, percebe-se que o traçado pretendia demonstrar a organização religiosa-política, já que a igreja e a câmara sempre estavam posicionadas na entrada da vila. Moehlecke (1978) aponta nos relatos do Visconde São Leopoldo a preocupação em erigir a igreja em São Leopoldo, que concretizou-se em 1928. Em São Leopoldo a Igreja Católica e a Câmara estavam nas proximidades do rio, já em Taquara a Igreja e Câmara estavam na entrada da cidade de quem vinha do Passo do Mundo Novo. Em especial, a elevação de uma paróquia era importante, pois Weimer (2004) aponta que isso caracterizava que aquele lugar tinha um número considerável de população e um número apreciável de igrejas no entorno da nova paróquia.

Conforme Weimer (2004), a urbanização de São Leopoldo e Taquara seguiu o plano regular, uma característica marcante dos engenheiros militares, assim o novo traçado foi sobreposto sobre o velho dando a ideia de uma nova cidade e ao mesmo tempo de quadras padronizadas. Esse planejamento foi imposto ainda no Império, já que São Leopoldo foi projetada pelo governador do Estado, José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo. Em Taquara o plano urbano foi projetado pelo colonizador Tristão Jozé Monteiro, provavelmente, sobre o antigo traçado de entroncamentos de picadas.

Se no Império as interferências ficaram restritas a criação do plano urbano, na República as intervenções vão se estender, por exemplo, para o regramento de nomes de espaços públicos, na arquitetura das residências, no embelezamento de praças e ruas e na separação de elementos étnicos, conforme será discutido a seguir.

O desenvolvimento urbano na primeira república

A proclamação da República (15/11/1889) ocasionou mudanças na forma de pensar a cidade no Brasil e também no Vale do Sinos. Se no Brasil o compromisso republicano era civilizar a cidade por meio da modernização que incluía a exclusão de indesejados, no Vale

dos Sinos não foi diferente, entretanto, as cidades desse espaço demonstraram o objetivo de delimitar o espaço urbano e separar o habitante rural desse novo ambiente.

A cidade moderna do Vale do Sinos sobreveio a segregar o seu espaço por meio de mecanismos como, por exemplo, o código de posturas que implicou numa série de normatizações no perfil de pessoas que deveriam circular nas cidades como também o tipo de construção aceitável.

O código de posturas funcionava como uma espécie de imaginação entre o Estado e a região, ou vice versa, já que ele institucionalizava a conduta e os espaços que cada um frequentaria. Bronislaw BACZKO (1985) discute que a própria comunidade legitima as formas de controlar e ser controlado, como também os papéis sociais, ele ainda menciona que “assim é produzida, em especial, uma representação global e totalizante da sociedade como uma ‘ordem’ em que cada elemento encontra o seu ‘lugar’, a sua identidade e a sua razão de ser” (BACZKO, 1985, p.309).

Essa imaginação é estabelecida nas posturas municipais, já que são expostos os papéis de cada indivíduo na sociedade, além disso a separação dos espaços dá a ideia de que cada um sabe o seu devido lugar. O estabelecimento dessa ordem se faz presente nos códigos de posturas dos municípios de São Leopoldo e Taquara.

No Código de Posturas de Taquara em 1892, são expressos aspectos que obrigavam, sob pena de multa, o muramento de terreno baldio, passando pela tentativa de proibir as lavadeiras em público nos cursos d’água centrais e demais formas de comportamento no passeio público, como a própria questão de como conduzir os animais. Isso não soa diferente das grandes urbes, como por exemplo, São Paulo, que estipulou “[...] aprovação de uma série de regulamentações oficiais as chamadas ‘posturas’, que previam multas e impostos para atividades que, até então, caracterizavam o dia a dia da cidade [...]” (SCHWARZ, 2012B, p. 47).

Também ocorre a troca dos nomes dos logradouros públicos que possuíam denominações imperiais. As nomeações passam a incluir todos aqueles que lutaram contra o Império, além de datas e espaços importantes para os republicanos.

Em São Leopoldo, a Rua do Passo foi renomeada para Rua Independência e o antigo Passo transformou-se em Praça do Imigrante. Em Taquara, a Rua do Comércio tornou-se Rua

Júlio de Castilhos e no espaço vazio em frente a intendência surgiu a praça Marechal Deodoro da Fonseca. No lugar do antigo Passo também erigiu-se o Monumento do Imigrante, inaugurado em 1924 no centenário da chegada dos imigrantes alemães em São Leopoldo. Essa premissa segue os ideais das grandes áreas urbanas, como Porto Alegre, que conforme Charles Monteiro (2007):

as antigas denominações das ruas, dos becos e das praças, que estavam ligados ao passado às práticas cotidianas, aos primeiros habitantes destes espaços ou a personalidades e acontecimentos significativos do período imperial, foram sendo substituídos por nomes políticos ligados à causa republicana e ao PRR (MONTEIRO, 2007, p. 235).

São Leopoldo e Taquara demonstram uma cidade delimitada a força, já que a maior parte do seu entorno caracteriza-se pela presença do colono alemão ou do descendente escravo. Sandra Pesavento analisou que “com frequência, a transformação do espaço foi de tal ordem, a modernidade implantada tão avassaladora que apagou do espaço materialidades e sociabilidades do passado” (PESAVENTO, 2007, p.16).

Tramontini (2000) destaca que os primeiros estudos da história da imigração alemã não apresentavam a possibilidade do negro estar presente entre os colonos, uma vez que, segundo o autor, existiam dois problemas: o primeiro era a ênfase dada ao trabalho livre como substituto do trabalho escravo; segundo, os primeiros escritos da história dos imigrantes foram realizados pelos seus descendentes, que acabaram trabalhando sob o viés de repúdio dos germânicos pelo trabalho escravo. Contudo, os dados do censo de 1858, mostram que São Leopoldo possuía uma população de 4.199, desses 475 eram escravos e 51 libertos e, na localidade de Pinhal de Santa Christina (depois distrito de Taquara) viviam 1.671 habitantes, desses 187 eram escravos e 7 libertos (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1991).

Com o advento da República as posturas vão auxiliar na interferência no modo de vida por meio da limitação de determinados perfis que podiam (con)viver na cidade. Em Taquara e São Leopoldo, por exemplo, os códigos de 1892 de 1897 estabelecia proibições de práticas costumeiras na cidade, como andar armado ou com cavalo desencilhado.

Em São Leopoldo o código exigia habilitação para a condução de carroças na cidade, proibição de gado xucro nas dependências urbanas, a proibição de andar mascarado e da

publicação de jornais subversivos. Todos esses itens eram controlados pelo intendente, chefe máximo da República no município.

A historiadora Hebe Matos (2012) diz que o poder do intendente era o símbolo máximo da administração coronelista republicana, além de decretar o fim das câmaras. O pesquisador Joseph Love (1993), discorre que o Rio Grande do Sul tinha uma base ideológica muito bem definida onde “el Partido Republicano Riograndensegovernante era capaz de imponessu voluntad a nivel local, maquinaria estatal tenia más poder sobre sus caciques locales que la de São Paulo” (LOVE, 1993, p.196.).

Em Taquara o código possuía no “Título II” o item “Vida Rural”, o qual estipulava uma série de normas, tais como proibição de invasão de terreno alheio, derrubada impropria de árvore, cercamento dos espaços para criação de animais, caça e pesca, queimadas, mas o que mais chama atenção é a delimitação da área rural em zona pastoril e distrito agrícola. A zona pastoril era o espaço onde os imigrantes alemães não estavam presentes, tais como as terras próximas ao município de São Francisco de Paula e Santo Antônio da Patrulha; o distrito agrícola eram todas as terras onde estavam estabelecidos os germânicos e que eram impróprias para campos.

Taquara apresenta a típica separação do campo das áreas coloniais, pois conforme Paulo Zarth (2002), a colonização ocupou justamente as áreas devolutas de menor interesse da atividade pastoril, que eram os espaços de vales de rios cobertos de vegetação densa. No caso de Taquara, os interesses da política do campo são mantidos e legalizados, além de evidenciar a proximidade da área de colonização com os municípios com base econômica na criação do gado.

Outro aspecto que a legislação dos dois municípios demarca é a preocupação em deixar bem claro o que pertence a “servidão pública”, tais como, ruas, praças, pontes, estradas, fontes, vertentes, açudes e arroios, aquedutos. Delimitar o espaço público era uma preocupação dos republicanos, que conforme Ricardo Rodrigues (2007) discorre, era uma ideia de que o Estado deveria ser forte e que seus interesses deveriam prevalecer sobre o de qualquer vontade individual.

Os códigos de postura do Vale do Sinos passaram a impor uma série de medidas que caracterizavam ornamentar e padronizar prédios em estilo colonial, uma ação típica do

governo republicano conforme discute Günter Weimer (2004). Nos códigos locais são encontradas medidas, tais como, padronização das edificações, largura da calçada, a proibição do escoamento da água da chuva diretamente na calçada, as casas deveriam ter tamanho mínimo, os terrenos baldios deveriam ser murados e os cortiços eram proibidos. A cidade expulsou os pobres, ocasionando a polaridade entre rural e urbano, como ocorreu na segregação rua e casa, discutida por Barros (2005).

Em São Leopoldo e Taquara as posturas destacam que só podiam ser construídos residências com tamanhos mínimos e era proibido casas em ruínas ou acúmulo de aterros. Também é lembrado a proibição de criação de animais que gerassem mal cheiro, como por exemplo, porcos. Essas exigências afastavam as pessoas de menos posses, pois o código exigia casas que não podiam conter telhado de uma água, o mínimo era duas, também deviam ser embelezadas, ou aformosadas, o que implicava investimentos nas fachadas que incluía a proibição de escoar a água diretamente na calçada.

Outro aspecto importante desse momento nas duas cidades é a preocupação com a limpeza dos espaços. Surge a implantação do serviço de recolhimento de esgoto (Asseio Público), a canalização de água, o combate às doenças, o controle do abatimento do gado, etc. Fabiano Rückert e Marluza Harres (2011) apontam que em 1897 o governo municipal de São Leopoldo normatizou o uso da água através do Código de Posturas, fiscalizando os mananciais, proibindo o estrago de tais recursos, procurando criar um padrão de uso da água.

Em Taquara, o intendente Arnaldo da Costa Bard (1920-1924) implantou o asseio público, além de tentar instalar a lavanderia pública para proibir as lavadeiras de trabalhar nos arroios do centro da cidade. Em São Leopoldo o código estipulava que as lavadeiras podiam fazer uso do rio de forma comportada. Outra característica nas duas cidades é a inauguração do Matadouro Público, onde todo gado do município devia ser abatido.

Essas práticas mostram a tentativa de controle nos costumes locais, pois lavar roupas nos rios e abater o gado nas dependências da residência eram práticas comuns num ambiente essencialmente rural, entretanto essas exigências eram maiores na cidade, onde tudo devia ser distinto da vida no campo.

A nova cidade é construída como o lugar da segurança, já que seus idealizadores pretendem expulsar tudo que seja nocivo a ela, como por exemplo, o elemento rural que não

trazia bons exemplos, uma vez que o habitante do campo estava distante da civilidade, pois ele andava armado, trabalhava em alambiques, atafonas, olarias e na lavoura. A nova cidade era um ambiente de civilidade e sociabilidade, não era mais espaço de trabalho onde rural e urbano confundiam-se.

Considerações finais

Os estudos preliminares sobre essa região mostram que o Vale dos Sinos era um espaço, antes da imigração alemã, de grandes fazendas administradas por lusos que funcionavam através da mão-de-obra escrava. Além disso esse espaço era de passagem de viajantes e tropeiros, portanto Taquara e São Leopoldo eram entroncamentos importantes para o descanso e o reabastecimento.

O Vale dos Sinos também tem suas origens na formação das fronteiras no período colonial, dessa forma os primeiros moradores também descendem do avanço das fronteiras em direção ao lado espanhol.

A chegada dos alemães em 1824 instalou um novo processo de ocupação da terra sobre o que já existia, dessa forma as aglomerações urbanas passaram a ter uma nova dinâmica cultural, econômica e étnica. Essa nova ocupação tinha por detrás o interesse do Estado de instalar um novo modelo de produção mas também um novo modelo de civilização que assemelha-se a Europa

Após a Proclamação da República, as posturas municipais passam a ser mecanismo legais de controle do cidadão que estabeleciam zonas de separação. É possível compreender através das posturas municipais que o interesse da elite era separar os espaços, já que as exigências para se viver na cidade podiam ser alcançadas somente por pessoas de posses, uma vez que os códigos estabeleciam tamanhos mínimos de construções.

O que se pode identificar é que o processo de modernização das cidades do Vale dos Sinos na Primeira República estabeleceu uma nova forma de urbanidade que distanciava o habitante rural ou qualquer outro indivíduo que estivesse a margem do que o código exigia.

O interesse era separar os espaços, já que as exigências para se viver na cidade podiam ser alcançadas somente por pessoas de posses, uma vez que os códigos estabeleciam tamanhos mínimos de construções.

Portanto, essa análise preliminar identifica as cidades do Vale dos Sinos em dois momentos: o primeiro é caracterizado pela liberdade nas relações entre urbano e rural onde a cidade confunde-se com o campo, além disso as práticas rurais são aceitáveis na vida urbana; e, no segundo momento áreas urbanas que procuravam diferenciar o urbano do rural por meio da proibição de práticas costumeiras e na imposição de medidas que dificultavam indivíduos de posses menores viverem na cidade.

A República impôs suas práticas modernizantes e excludentes sobre a vida urbana, atingindo centros urbanos maiores e menores, com as intenções de desenvolver o Brasil sob os aspectos racistas e apagar o passado colonial-imperial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACZKO, Bronislaw. “**Aimaginação social**” In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BARROS, José D’Assunção. História, região e espacialidade. In: **Revista de História Regional**. Ponta Grossa: n. 10, vol.1, 2005, p.95-129.

BARROS, José D’Assunção. **Cidade e História**. Petrópolis: Vozes, 2007.

CARBONARI, María Rosa. **De como explicar la región sin perderse em el interno. Repasando y repensando la Historia Regional**. In: *HistóriaUnisinos*. São Leopoldo: v.13, n.1, p.19-34, 2009.

Código de posturas do conselho municipal do Mundo Novo. Votado em 3ª e última discussão a 19 de setembro de 1892. Promulgado publicado a 20 de dezembro de 1892. Disponível no Museu Histórico Municipal Adelmo Trott, Taquara/RS.

Código de posturas municipais de São Leopoldo. Lei nº 3 de 24 de março de 1897. São Leopoldo: Rotermund, 1897. Disponível no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, São Leopoldo/RS.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul-Censos do RS 1303-1950**. Porto Alegre, 1981.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Tradução: DENTZIEN, Plínio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HARRES, Marluza Marques & RÜCKERT, Fabiano Quadros. Controle e conquista das águas, rio dos Sinos, São Leopoldo, RS. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho 2011.

MARINS, Paulo C. G.. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau. **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Vol. 3.

MATTOS, Hebe. A Vida Política. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Coord.). **A abertura para o Mundo (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012B.

MOEHLECKE, Germano. O Vale dos Sinos Era Assim. São Leopoldo: Rotermund, 1978.

MONTEIRO, Charles. Urbanização e modernidade em Porto Alegre. In: GOLIN, Tau et al. **República Velha (1889 - 1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. V. 3 t.2.

MÜLLER, Alex Juarez. **Paisagens Urbanas e suas Representações Fotográficas: Cidade de Taquara (1882-1930)**. Trabalho de Conclusão de Curso – FACCAT, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 10, 1993, p. 7-28.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 10, 1993, p. 7-28.

PÁDUA, José Augusto. **Um Sopro de Destruição: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista (1786 - 1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jathay. Cidades Visíveis, Cidades Sensíveis, Cidades Imaginárias. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: vol. 27, nº 53, p.11-23, 2007.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Introdução: As Marcas do Período. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Coord.). **A abertura para o Mundo (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012A.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. População e Sociedade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Coord.). **A abertura para o Mundo (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012B.

SOBRINHO, Paulo G. M. **O processo de transformação de um município sede para distrito: a atuação de liberais e republicanos em Santa Cristina do Pinhal (1880-1892)**. 2008. Trabalho de conclusão de curso - FACCAT, Taquara.

TRAMONTINI, Marcos Justo. A escravidão na colônia alemã (São Leopoldo – primeira metade do século XIX). **Primeiras Jornadas de História Regional Comparada**. Agosto de 2000. Disponível em: <http://www.fee.com.br/sitefee/download/jornadas/1/s5a3.pdf> acessado em 20/08/2013.

WEIMER, Günter. **Origem e evolução das cidades rio-grandenses**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí: UNIJUÍ, 2002.